
SABER E FÉ
38

Aviso importante!

Esta matéria é uma propriedade intelectual de uso exclusivo e particular do aluno da Saber e Fé, sendo proibida a reprodução total ou parcial deste conteúdo, exceto em breves citações com a indicação da fonte.

COPYRIGHT © 2015 - TODOS OS DIREITOS RESERVADOS - SABER E FÉ

38

EXEGESE APLICADA

MARCOS HERALDO DE PAIVA



Versão da matéria: 1.0

Nossas matérias são constantemente atualizadas com melhorias e/ou possíveis correções.
Para verificar se existe uma nova versão para esta matéria e saber quais foram as alterações realizadas acesse o link abaixo.

www.saberefe.com/area-do-aluno/versoes

Sumário

03 ▶ Introdução

05 ▶ Capítulo 1 ▼ A exegese bíblica

05 ◘ A natureza da Bíblia

07 ◘ A exegese

10 ◘ O contexto histórico

11 ▶ Capítulo 2 ▼ História da exegese bíblica
Justino Mártir, Orígenes, Crisóstomo e Agostinho

13 ◘ Justino Mártir

14 ◘ Orígenes e a escola de Alexandria

17 ◘ A escola de Antioquia

18 ◘ João Crisóstomo

18 ◘ Agostinho

23 ▶ Capítulo 3 ▼ História da exegese bíblica
Tomás de Aquino, Lutero, Calvino e Spinoza

23 ◘ A Idade Média

24 ◘ Tomás de Aquino

24 ◘ A Reforma Protestante

25 ◘ Martinho Lutero

27 ◘ João Calvino

29 ◘ Período posterior à Reforma Protestante

30 ◘ Baruch Spinoza

31 ▶ Capítulo 4 ▼ História da exegese bíblica
O método histórico-crítico

31 ◘ Situação atual

32 ◘ O que é o método histórico-crítico

36 ▶ Capítulo 5 ▼ História da exegese bíblica
A hermenêutica moderna

36 ◘ Paul Ricoeur – o pai da hermenêutica moderna
38 ◘ A moderna exegese católica
39 ◘ A teologia latino-americana
40 ◘ Conclusão da história da exegese bíblica

41 ▶ Capítulo 6 ▼ A exegese jurídica

44 ◘ Interpretação da Constituição
45 ◘ O sentido da interpretação das normas constitucionais
45 ◘ O conteúdo semântico da Constituição
46 ◘ Alguns pontos de apoio à interpretação constitucional
48 ◘ Uma justiça alternativa

49 ▶ Conclusão

50 ▶ Referências bibliográficas

▼ Introdução

A Bíblia é uma obra literária ímpar e que não pode ser equiparada a qualquer outro volume escrito que tenha sido disponibilizado aos homens. Sua essência está fora do alcance da compreensão humana, bem como a natureza de seu planejamento.

Sua estrutura não admite que a simplicidade da mente terrena a compreenda sem que se levante, por leitores distintos, considerações díspares que venham suscitar polêmicas e impedir que um pensamento coeso forme uma idéia harmoniosa acerca de sua ortodoxia.

Isso implica que o homem, para que compreenda qual seja a amplitude dos 66 livros bíblicos, possa contar com aqueles que o próprio Deus instituiu em Sua igreja para que sirvam como mestres, isto é, como aqueles que estão divinamente habilitados a fornecer correta, ou no mínimo, razoável interpretação a seu conteúdo.

Também a forma indissolúvel como se ligam estes livros dentro de sua contextualização e o desenrolar profético de suas narrativas, observado através das épocas, bem provam que ela, a Bíblia, não procede da falível intelectualidade do homem.

Dadas estas considerações, temos que não há uma forma simplista pela qual possamos desvendar quais sejam os truncados mistérios bíblicos textuais, que por vezes ensejam entre os sectários acusações que vão desde a existência de textos não inspirados na Bíblia, até as alegações de que ela está eivada de contradições, e por isso, não pode ser jamais tomada como obra divinamente inspirada.

Os alunos do curso interdenominacional de Teologia da FAETESF, nesta disciplina, receberão ferramentas que lhes habilitarão proceder a uma melhor e mais acurada interpretação dos textos sagrados, o que os poupará do dissabor da apresentação de teses que não podem ser respaldadas pela Palavra de Deus.

A implantação de mais esta matéria na grade curricular do bacharelado teológico da FAETESF, como se observa nos principais cursos eclesiásticos espalhados pelo mundo, tem o escopo de preparar nosso corpo discente para explanações sérias e dignas da consideração dos que militam na causa do Evangelho de Cristo.

Não se admite, dentro da comunidade teológica cristã brasileira, e principalmente da americana, da alemã e, de um modo geral, da européia, que um expositor bíblico esteja a larga do conhecimento exegético, posto que isso acarretará o descrédito aos seus trabalhos, quando forem estes desenvolvidos e oferecidos à apreciação e crítica dos demais co-irmãos em Cristo, e que estejam familiarizados com a variedade de pensamentos teológicos já sedimentada.

Esperamos que cada um de nossos alunos possa dar a devida atenção a esta disciplina, aplicando-se em levá-la a efeito em suas vidas ministeriais, granjeando assim condições de bem defender seu posicionamento, além de estar preparado para esclarecer aqueles que lhe servirem de alunos, ou como meros inquisidores.

Capítulo 1

▼ A exegese bíblica

◘ A natureza da Bíblia

A forma como a igreja cristã entende a natureza da Bíblia é muito semelhante ao seu entendimento da pessoa de Jesus Cristo. Assim como o mestre, a Bíblia é ao mesmo tempo, humana e divina. Suas verdades são, textualmente, a palavra de Deus, transmitida aos seres humanos nas palavras de pessoas que viveram num determinado período histórico.

Como Palavra de Deus, as palavras bíblicas têm eficácia eterna. Seus ensinamentos são válidos para toda a humanidade e em todas as épocas. O fato de ser inspirada faz com que se comunique diretamente com o ser humano, qualquer que seja sua cultura, a época em que viva ou o conhecimento que tenha. Entendida desta forma, a Bíblia deve ser lida, escutada, obedecida, compreendida e posta em prática.

Entretanto, porque Deus escolheu falar ao ser humano por meio dos escritos de um povo que viveu num determinado período histórico da humanidade, a Bíblia carrega consigo uma grande quantidade de elementos, circunstâncias e detalhes históricos. Cada texto traz singularidades relativas à época em que foi escrito, linguagem utilizada, cultura do povo que o escreveu, etc.

Por causa desta dualidade, a Bíblia precisa de interpretação. O objetivo deve ser, por um lado, o esclarecimento dos textos que têm caráter divino e, portanto, relevância eterna, e por outro, daqueles que, naturalmente, têm apenas pormenores históricos. Para concretização desta tarefa urge a necessidade do estudo bíblico.

Calvino usou as palavras *orare* e *labutare* para resumir a sua concepção da necessidade de se interpretar as Escrituras. Com estes termos ele quis mostrar ser imprescindível a necessidade da súplica pela ação iluminadora do Espírito Santo e também do estudo diligente do texto e do contexto histórico, como requisitos indispensáveis à interpretação das Escrituras. Com o mesmo propósito, Lutero empregou uma figura: um barco com dois remos, o remo da oração e o remo do estudo. Com um só destes remos, navega-se em círculo, perde-se o rumo, e corre-se o risco de se chegar a lugar nenhum.

Palavras e figuras como estas revelam a consciência que os reformadores tinham do caráter divino e ao mesmo tempo humano das Escrituras e o equilíbrio fundamental que caracteriza a importância do estudo da Palavra de Deus.

Devemos deixar claro, entretanto, que para algumas pessoas a Bíblia é um livro eminentemente humano e, portanto, deve ser entendida do ponto de vista apenas histórico. É o caso, por exemplo, dos filósofos Cícero (106 a 43 aC.) e Milton (1.608 a 1674). Para estes, a tarefa de estudar a Bíblia era simplesmente histórica. Cabia-lhes descobrir nas palavras bíblicas o contexto histórico das pessoas que a escreveram, no que criam, o que pensavam, como viviam, etc.

Por outro lado, há aqueles que vêem a Bíblia como um livro totalmente inspirado. Por ser a Palavra de Deus, entendem seus textos como um enunciado a ser crido e um conjunto de normas imperativas que devem ser obedecidas. Estes, infelizmente, escolhem textos da Bíblia, na maioria das vezes isolados, entendendo-os de forma literal.

Como exemplo temos os cristãos que, baseados em Deuteronômio 22.5 e em detrimento da cultura estabelecida nas mais variadas regiões do globo, não considerando a época e o povo ao qual se destinava a mensagem veterotestamentaria, censuram mulheres que, por exemplo, trajam calças, chegando a lhes atribuir condenação eterna como castigo por este costume.

Se Deus tivesse escolhido falar ao homem diretamente, com uma série de proposições e imperativos, os institutos bíblicos estariam bem mais acessíveis a nós, humanos, naturalmente limitados intelectualmente.

Entretanto, em sua multiforme sabedoria, Deus escolheu não proceder assim para que se manifestasse aos homens. Pelo contrário, escolheu falar suas verdades eternas dentro de circunstâncias e eventos específicos da história humana.

Por este motivo, se entendermos que Deus preferiu falar-nos por meio de um contexto da história humana, teremos a esperança de que aquelas mesmas palavras se tornem uma realidade em nossas vidas e, assim como foi com aquele povo, será com a humanidade hodierna.

O fato de a Bíblia trazer no seu bojo esta dualidade é o que nos encoraja e interpretá-la. Primeiro, porque Deus ao escolher falar-nos por meio de pessoas reais, a sua Palavra teve de ser expressa de conformidade com o entendimento daquelas pessoas. Isto é, para ser entendida a Bíblia foi escrita conforme a cultura, o pensamento e o vocabulário de uma época. Desta forma Deus falou primeiramente àquelas pessoas e não a nós.

Segundo, o nosso dilema começa quando descobrimos que o tempo nos distanciou daquela realidade. Hoje pensamos e agimos de forma muito diferente.

É por isso que precisamos aprender a interpretar a Bíblia. Se a Palavra de Deus dirigida àquelas pessoas, naquela época, consegue nos transmitir algo hoje, precisamos saber, antes, o que ela significou inicialmente para eles.

Por este prisma, a nossa tarefa inicial ao ler a Bíblia é distinguir o valor e a aplicação dos textos sagrados para aquelas pessoas, naquela época: "lá e então", para que só depois possamos compreender estas mesmas palavras dirigidas aos homens nos dias de hoje: "aqui e agora".

Por exemplo: precisamos saber como um Salmo, que era uma maneira do homem se dirigir a Deus, pode ainda revelar o planejamento divino que deveria alcançar todo os povos em todos os tempos.

A beleza do lado humano dos textos bíblicos aparece-nos logo quando descobrimos que Deus, para nos transmitir Suas Palavras, fez uso de vários tipos estéticos de linguagem, como: narração, genealogia, crônica, códigos de leis e condutas, diversos tipos de poesias, provérbios, profecias, enigmas, dramas, biografias, parábolas, cartas, sermões, apocalipses, etc.

A exegese

Segundo o Dicionário Houaiss, exegese é "o comentário ou dissertação que tem por objetivo esclarecer ou interpretar minuciosamente um texto ou uma palavra". Neste diapasão, podemos descrever exegese como sendo a tarefa de se descobrir o significado original de um texto. Aquilo que, primeiramente, o autor quis transmitir. Por isso, a tarefa exegética é essencialmente uma tarefa de cunho histórico.

Se entendermos a tarefa exegética da forma descrita, vamos descobrir que todos os leitores fazem exegese em maior ou menor grau. A questão aqui é sabermos se somos bons exegetas ou não.

Muitas vezes ouvimos ou damos explicações como: "O que o autor queria dizer com esta frase é..." ou "Naquela época as pessoas tinham o hábito de...". São frases de quem está praticando exegese; de quem está tentando entender as diferenças entre "eles" e "nós"; entre o "lá e então" e o "aqui e agora".

Necessariamente não é preciso ser um perito para se fazer exegese. Entretanto, conhecer bem o idioma e as circunstâncias em que os textos foram escritos contribuem muito para uma boa interpretação.

Também é importante que a consulta a textos correlatos seja feita utilizando-se de fontes primárias, escritas por peritos confiáveis e que as pesquisas não tenham um caráter seletivo demais, pois isto torna tendencioso o entendimento.

O primeiro passo a ser dado por aqueles que querem seguir este caminho é aprender a pensar como exegeta. Inicialmente a tarefa não será das mais fáceis, haja vista as dificuldades que muitas vezes temos em relação à leitura e compreensão de textos atuais. Entretanto, aquele que conseguir pensar exegeticamente, colherá ricos dividendos no entendimento da leitura, tornando o estudo da Bíblia uma experiência muito mais emocionante.

O segundo passo é não atribuir idéias próprias e estranhas a um texto isolado, fazendo com que a conotação da Palavra de Deus seja totalmente diferente da que Deus realmente disse. A melhor maneira de se entender bem o que se lê, é ler todo o texto; é aprender a ver a leitura no seu contexto.

Como dissemos, é preciso tomar muito cuidado com as fontes consultadas. Não se começa o estudo da Bíblia consultando obras correlatas, entretanto, quando isso se fizer necessário é preciso procurar as melhores fontes, pois a pesquisa numa fonte secundária, que por sua vez, já colheu sua idéia de uma outra fonte também paralela, leva muitas vezes a uma explicação distorcida da realidade histórica e que depois de disseminada passa a ser entendida como verdade. Vejamos alguns exemplos:

Primeiramente podemos citar Marcos 10.23 (Mt 19.23; Lc 18.24). No final do diálogo com o jovem rico, Jesus diz: "Quão dificilmente entrarão no reino de Deus os que têm riquezas". E acrescenta: "É mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha, do que entrar um rico no reino de Deus."

Disseminou-se entre os leitores da Bíblia que havia uma porta em Jerusalém chamada "Fundo da Agulha", pela qual os camelos somente conseguiam atravessar de joelhos e com grandes dificuldades. Outros dizem que a tal porta servia para que viajantes noturnos, que chegassem à cidade após os portões principais terem sido fechados, pudessem nela adentrar.

O grande problema desta interpretação é que ela simplesmente não é verdadeira. Nunca houve a comprovação histórica de que realmente houve semelhante porta em Jerusalém. Tal idéia surgiu no Século XI d.C. em um comentário de um eclesiástico grego chamado Teofilacto.

Afinal, o que Jesus procurou nos ensinar neste episódio é justamente o que suas palavras dizem: que é impossível um camelo passar pelo fundo de uma agulha. Portanto, é impossível para alguém que confia em suas riquezas e nelas tem seu coração, entrar no Reino dos Céus.

Para que uma pessoa rica seja salva é preciso que um milagre aconteça. É justamente a lição que este texto nos passa em suas palavras finais: "Para Deus tudo é possível".

Há também inúmeras outras interpretações de textos bíblicos isolados, principalmente entre as seitas, que distorcem a verdade e, selecionando partes da Bíblia, criam todo tipo de prática ou heresias que possamos imaginar. Vejamos, por exemplo, o arianismo (negação da divindade de Cristo) das testemunhas de Jeová e o batismo em favor dos mortos entre os mórmons.

Os da seita dos Apalacianos se baseiam em Marcos 16.17-18: "E estes sinais seguirão aos que crerem: Em meu nome expulsarão os demônios; falarão novas línguas; pegarão nas serpentes; e, se beberem alguma coisa mortífera, não lhes fará dano algum; e porão as mãos sobre os enfermos, e os curarão", como base para manipular serpentes em seus cultos.

Como se não bastasse, até entre os cristãos mais teologicamente ortodoxos, vez por outra, aparecem modismos que, baseados em textos isolados da Bíblia, disseminam entre os fiéis idéias estranhas à verdadeira exegese bíblica e ganham a aceitação de muitos. Por exemplo, os defensores do, assim chamado, Evangelho da riqueza e da saúde, conhecido no Brasil como Teologia da Prosperidade.

Com base em 3 João, 2: "Amados, acima de tudo faço votos por tua prosperidade e saúde, assim, como é próspera a tua alma", eles pregam que as "boas novas do Evangelho" devem ser entendidas como prosperidade financeira e material, que é, com toda certeza, a vontade de Deus para nós, mas isso, dentro de uma moderação que atenda nossas necessidades cotidianas.

Entretanto, o texto em questão, realmente não tem nada a ver com prosperidade financeira, ao menos não na forma especuladora tal como é propagada pelos que cultivam esta crença.

A pergunta que fica depois destes exemplos é: como fazer uma boa exegese sem se deixar levar por estas correntes interpretativas? Obviamente, para fazer uma exegese de altíssimo nível seria necessário o conhecimento de matérias com as quais a maioria dos alunos e dos cristãos tenha tido contato.

Seria realmente muito bom se todos tivessem conhecimentos literários tais como: as línguas nas quais a Bíblia foi escrita (hebraico e grego); a situação histórica do povo judeu na época, incluindo a situação semítica e helenista; como descobrir se um texto é original em face dos vários manuscritos; como se utilizar de uma forma eficaz os diversos tipos de fontes que ajudam na interpretação, etc.

Mesmo com a impossibilidade de tais conhecimentos, é possível fazer uma boa exegese dos textos bíblicos. Basta o aluno ou leitor, primeiramente, desenvolver suas próprias habilidades e, em segundo, saber utilizar corretamente o trabalho de outras pessoas.

Respondendo à pergunta anterior, podemos dizer que a melhor maneira de se fazer uma boa exegese e, portanto, uma leitura mais inteligente da Bíblia, o que inclui dois posicionamentos, é:

Aprendendo a ler cuidadosamente o texto;
Fazendo as perguntas certas ao texto.

Sendo assim, há dois tipos de perguntas básicas que o leitor deve fazer a cada passagem bíblica:

Com relação ao seu contexto, que pode ser histórico ou literário;
Com relação ao seu conteúdo.

O contexto histórico

Obviamente o contexto histórico mudará de livro para livro, pois diz respeito a várias coisas: a época e a cultura do autor, ou seja, os fatores geográficos, topográficos e políticos que influenciaram o autor; a ocasião em que o livro foi escrito; seu gênero literário, se carta, salmo, profecia ou outro gênero. O conhecimento destes fatores, que decididamente influenciam num texto, é especialmente importante para uma boa exegese.

Com certeza, para se chegar a um pleno conhecimento de um texto, é importante saber que formação cultural tinha Isaías, Amós ou Oséias; em que época profetizou Ageu, se antes ou depois do exílio; quais eram as expectativas messiânicas do povo judeu quando do aparecimento de Jesus Cristo e João Batista; quais eram as diferenças sociais entre as cidades de Corinto e Filipos, e como estas diferenças influenciaram a igreja naqueles lugares.

Um bom dicionário bíblico, com certeza, resolverá este problema para o aluno, pois responde a maioria das perguntas que surgirem com relação a este aspecto do texto. Se, por acaso, o aluno manifestar o desejo de se aprofundar no assunto, aconselhamos um estudo das bibliografias de cada autor.

Neste quesito, entretanto, o mais importante é saber em que ocasião foi escrito e qual foi o propósito de cada livro bíblico. Assim, descobriremos o que estava acontecendo em Israel ou na Igreja naquele momento; o que motivou o autor a escrever semelhante documento e qual era sua situação perante àqueles para quem escreveu o texto. Esta análise, também, variará de livro para livro e terá um grau de importância maior para uns do que para outros. É muito mais importante para o entendimento das cartas aos Coríntios do que para o livro de Provérbios, por exemplo.

Normalmente tomamos conhecimento das respostas a estes questionamentos ao lermos o texto com a mente bem aberta, procurando atentar para seus detalhes. No final, se quisermos nos aprofundar nestas questões, poderemos consultar um dicionário bíblico, ou a introdução de um bom comentário sobre o livro, ou ainda, um manual bíblico.

Capítulo 2

▼ História da exegese bíblica

Justino Mártir, Orígenes, Crisóstomo e Agostinho

Resumir em algumas páginas todo o período histórico de que trata a Bíblia, como também sintetizar os fatos que deram origem às teologias e filosofias doutrinárias que dela se pode extrair é tarefa quase impossível, uma vez que, por mais abrangente que seja o texto, sempre haverá quem o considere simplista, em função do grande número de elementos a serem discutidos.

Isto porque não há como descrever as particularidades dos pensamentos de todas as pessoas envolvidas na interpretação dos textos sagrados, sem esquecer alguns que, do ponto de vista de sua contribuição teórica, não poderão jamais deixar de ser mencionados em qualquer trabalho que tenha a pretensão de contar o desenvolvimento da história do estudo das Escrituras.

Há, sobretudo, o risco de se distorcer a história, por não considerar sua natural complexidade. Conscientes disto tentaremos elaborar neste capítulo uma visão panorâmica da história da exegese bíblica, desde o início do cristianismo até os dias atuais, de forma sucinta, porém, de uma maneira que supomos adequada para apresentar os principais acontecimentos e personagens que fizeram parte dos eventos-chave que moldaram a doutrina cristã.

Como se não bastasse a problemática da historicidade bíblica, havemos de considerar também que ler e interpretar bem as Escrituras não é trabalho fácil. Mesmo entre os grandes teólogos da antiguidade, os chamados "pais da igreja", havia divergência a respeito deste mister.

Apesar de todos concordarem que a Bíblia é um texto inspirado e que a capacidade de interpretação dependerá da disposição e elevação espiritual de quem a ler, não negavam que, uma vez feita a interpretação de um texto pelo exegeta, a autoridade divina inerente a este mesmo texto, nos obriga à obediência.

Esta concordância não impedia que ocasionalmente surgisse um ponto conflitante entre eles a respeito de uma questão muito específica: Como o leitor poderia identificar e interpretar os diversos níveis de significado que os textos bíblicos encerram? Muitos cristãos mais ortodoxos responderão a esta pergunta afirmando que os textos da Bíblia só tem um significado: aquele pretendido pelo autor e que agiu sob inspiração divina.

Entretanto, os grandes mestres do passado, chamaram de literal o significado de um texto bíblico em seu sentido gramático-histórico. Mesmo assim, este não era o único sentido que buscavam encontrar dentro de um texto extraído da Bíblia. Todos eles buscaram encontrar outras formas de interpretar estes textos. A questão aqui passou a ser de que modo e em que grau o exegeta poderia dar o seu aspecto pessoal às palavras do autor.

A maioria aderiu à interpretação tipológica, segundo a qual partes da Bíblia hebraica são entendidas como profecias dos eventos que aconteceriam nos Evangelhos. Outros defendiam uma interpretação alegórica, definida como uma abordagem interpretativa da qual poderiam extrair doutrinas e virtudes dos personagens e acontecimentos narrados na Bíblia. Na verdade, a dificuldade maior foi encontrar a distinção entre interpretação tipológica e alegórica.

Atualmente, alguns estudiosos modernos, discordam desta dicotomia interpretativa dos escritores antigos e citam o apóstolo Paulo como grande exemplo de quem interpretava textos do Antigo Testamento dando-lhe um sentido "espiritual", no qual não é observado o sentido literal ou imediato do texto.

Citam que Paulo normalmente espiritualiza os textos da Bíblia Hebraica, mesmo admitindo que, em pelo menos uma vez, ele se refere a uma narrativa do Antigo Testamento como sendo alegórica. Neste caso, dizem, Paulo deve ter considerado as palavras tipologia e alegoria, no original grego, como sinônimas.

Uma comparação entre 1Coríntios 10.1-6 e Gálatas 4.24, nos esclarece melhor este aspecto: Paulo escreve aos coríntios comparando a passagem de Israel pelo deserto e sua temporada no Egito com a vida cristã. Diz ele: "Todos os israelitas passaram pelo mar, tendo sido todos batizados, assim na nuvem como no mar, com respeito a Moisés. Todos eles comeram de um só manjar espiritual e beberam da mesma fonte espiritual; porque bebiam de uma pedra espiritual que os seguia. E a pedra era Cristo" (1Co 10.1-4).

Entretanto, em Gálatas 4.24, Paulo trata dos filhos de Hagar, a escrava e de Sara, mulher livre. Segundo escreveu o apóstolo ambos nasceram com um propósito diferente: Ismael era filho da "carne", enquanto que Isaque, era filho da "promessa". Então Paulo alegoriza cada uma dessas mulheres passando Hagar a representar o Monte Sinai, "que gera para a escravidão", e Sara a "Jerusalém Celestial, que é livre, e nossa mãe" (Gl 4.24-26).

Em síntese, podemos ou não fazer distinção entre interpretação alegórica ou tipológica, como os antigos pais da igreja, ou mesmo, seguir o apóstolo Paulo em sua espiritualização, mas, na verdade devemos ter sempre em mente que o texto bíblico carrega consigo um significado mais abrangente, mais profundo, devido à ação do Espírito de Deus contida nele.

Selecionamos aqui alguns personagens que, de uma forma ou de outra, exerceram grande influência em sua época e cujas idéias foram responsáveis pela posterior evolução das doutrinas cristãs. Como nossa intenção é estudar a interpretação bíblica do ponto de vista cristão, tomaremos como ponto de partida o início da nossa era, ou mais precisamente, o período de formação do cânon bíblico.

Justino Mártir

Um dos primeiros filósofos a se concentrar no estudo dos textos bíblicos, Justino, viveu no ano 150 da nossa era. Jovem, filósofo, a procura da verdade, estudou profundamente os ensinamentos dos estóicos, de Aristóteles, de Pitágoras e de Platão. Adotou a teoria platônica que prometia um conhecimento de Deus a todos os que buscassem a verdade com profundidade até o dia em que conheceu o cristianismo.

A partir de então, dedicou-se ao estudo dos textos proféticos, dos evangelhos e das cartas paulinas, tornando-se o primeiro apologista cristão. Seus ensinamentos desempenharam um papel muito importante no desenvolvimento da teologia da Igreja, assim como na compreensão que a Igreja tinha de si mesma e da imagem que apresentava ao mundo.

Justino declarava que toda a verdade era proveniente de Deus. Para ele até mesmo os grandes filósofos gregos haviam sido inspirados por Deus, mas, não totalmente, pois não conseguiam conhecer a verdade sobre as Escrituras. Seguindo esse raciocínio Justino valeu-se da filosofia para explicar a vinda de Cristo a Terra.

Ele aproveitou o princípio apresentado pelo apóstolo João, no qual Cristo é o *Logos*, ou seja, a palavra. Baseando-se nas idéias platônicas, Justino explicava que Deus era santo e separado da humanidade que estava corrompida. Porém, por meio de Cristo, seu *Logos*, Deus pôde alcançar os seres humanos.

Para explicar Cristo como *logos* de Deus e fazendo parte de sua essência, Justino, utilizava a simbologia do fogo, mostrando como uma chama se acende a partir de outra, continuando igual embora separadas. Este pensamento foi fundamental no desenvolvimento das doutrinas da Trindade e da encarnação.

Justino travou um grande debate teológico com um judeu de nome Trifo, a respeito do sentido do texto descrito em Isaías 7.14. Para Justino o profeta descrevia que uma criança nasceria de uma "virgem"; enquanto que Trifo entendia que a natalidade se daria de "uma mulher jovem".

Este debate resultou na obra *Diálogo com Trifão*, na qual Cristo é apresentado como cumprimento da profecia de Isaías. Justino atribuiu a incapacidade de Trifo de entender o significado cristológico do texto à sua cegueira espiritual. Dizia ele: "Se me dispusesse a provar isto por doutrinas ou argumentos humanos, você não me suportaria. Mas, se repetidas vezes cito passagens da Escritura, muitas delas referindo-se a este assunto, e peço-lhe que as compreenda, você é de coração duro no reconhecimento da mente e vontade de Deus".

Orígenes e a escola de Alexandria

Orígenes viveu entre 205 e 254 da nossa era, foi o primeiro na história do cristianismo a expor uma teoria de interpretação bíblica, incluindo uma teoria hermenêutica completa. Podemos afirmar que foi o criador do método "alegórico", no qual buscava encontrar por trás do sentido literal do texto bíblico, um significado mais profundo ou real, devidamente inspirado pela ação divina.

Naquela época o cristianismo era criticado por ser uma religião de pobres e iletrados, já que, na verdade, muitos dos fiéis vinham das classes mais humildes. O apóstolo Paulo tratou deste assunto em 1Coríntios 1.26: "Porque, vede, irmãos, a vossa vocação, que não são muitos os sábios segundo a carne, nem muitos os poderosos, nem muitos os nobres que são chamados".

Orígenes foi uma exceção a essa regra, sua instrução e conhecimento vastos contribuíram muito para o futuro da doutrina cristã. Ele foi, sem dúvida, o maior intelectual de seu tempo. Pagãos, hereges e cristãos admiravam sua cultura.

Orígenes nasceu em Alexandria por volta do ano 185 numa família cristã e devotada. Quando jovem sofreu um grande golpe ao ver seu pai, Leônidas, ser preso durante uma perseguição aos cristãos. Orígenes escreveu ao pai na prisão, encorajando-o e exortando-o a não negar a Cristo por amor à família e quis se entregar para sofrer o martírio juntamente com ele, mas foi impedido por sua mãe que escondeu suas roupas.

Após seu pai ser martirizado e a família ter sua propriedade confiscada, Orígenes se viu obrigado a cuidar da mãe viúva e seis irmãos. Sendo assim, para ganhar o sustento, passou a ensinar literatura grega e copiar manuscritos. Começou também a lecionar na escola catequética cristã e, aos dezoito anos, após tornar-se presidente da escola, iniciou uma brilhante carreira de professor, estudioso e escritor.

Escrevendo continuamente, chegou a manter sete secretários ocupados com seus ditados, ele produziu cerca de duas mil obras e escreveu comentários sobre quase todos os livros da Bíblia. Entre as suas obras mais importantes, podemos citar:

■ **Héxapla**

Apresentava um novo tipo de texto, no qual tentou encontrar a melhor versão grega do Antigo Testamento. Esta obra tinha seis colunas paralelas, onde podia se observar o Antigo Testamento em hebraico, uma transliteração para o grego, três traduções para o grego e a Septuaginta.

■ **Contra Celso**

Esta obra é considerada até hoje um dos mais importantes trabalhos apologéticos do cristianismo. Nele o autor defendia a fé cristã dos ataques pagãos.

■ **De princípios (Sobre os princípios)**

Aqui, pela primeira vez, se tentava criar uma teologia sistemática. Nela, Orígenes reflete sobre as crenças cristãs referentes a Deus, a Cristo e ao Espírito Santo. Também levanta outras questões concernentes à Criação, à alma, ao livre-arbítrio, à salvação e às Escrituras.

Desta forma, podemos atribuir a Orígenes a responsabilidade pela criação do método interpretativo alegórico das Escrituras. Método que seria o mais utilizado pelos teólogos da Idade Média. Nele se admitia a existência de três níveis de significado, a saber:

Níveis de significado	
Primário ou literal	Reconhecido pelo exato sentido do texto.
Psíquico ou moral	Relacionado com a vida religiosa presente, servia para edificação da alma do cristão.
Alegórico, intelectual ou espiritual	Este sentido está relacionado com a vida celeste ou futura e que por ser oculto tornava-se o mais importante para a fé cristã.

Orígenes desprezava tanto a interpretação literal como a histórico-gramatical dos textos sagrados, adotando e enfatizando apenas o significado alegórico por ser mais profundo e, naturalmente visto como o mais condizente com a inspiração divina.

Assim, ao interpretar a entrada triunfal em Jerusalém, Orígenes afirma que "Jesus teria tido uma atitude indigna de um Filho de Deus se tivesse tido a necessidade de uma jumenta e de um jumentinho; que Ele teria sido estúpido se tivesse se agradado do fato de terem colocado túnicas sobre os animais, e que o colocar ramos no Seu caminho só poderia atrasá-lo".

Este relato, portanto, deve ser alegorizado: Jesus, como a Palavra de Deus, faz entrada na alma. O jumento é o sentido literal do Antigo Testamento, o jumentinho é o sentido literal do Novo Testamento. Estes se tornam, então, um veículo para a Palavra de Deus ao serem soltos pelos dois discípulos, os quais são para Orígenes, representativos das duas fases do sentido mais profundo, a saber, o sentido moral e o espiritual.

Por ser um homem extremamente culto, Orígenes procurou estabelecer uma relação entre o cristianismo, a ciência e as diversas filosofias de seu tempo. Acreditava, como Justino Mártir, que a filosofia grega era útil para compreensão das Escrituras, idéia posteriormente adotada por Agostinho. Para isso, utilizou a analogia ao interpretar o texto de Êxodo 12.35,36 dizendo que os cristãos "despojaram os egípcios", quando usaram a riqueza do conhecimento pagão na causa cristã.

Nem tudo, porém, era completamente aceito na teologia de Orígenes. Por ter defendido os ensinamentos da filosofia grega como bons, acabou por adotar algumas idéias platônicas, totalmente estranhas ao cristianismo ortodoxo daquela época. Seus erros doutrinários, portanto, advinham, primeiramente, da aceitação da teoria grega que pressupunha a matéria e o mundo material, na sua essência, completamente maus.

Outras doutrinas consideradas heréticas pregadas por Orígenes eram:

A crença na existência da alma antes do nascimento;

Os fatos da vida de uma pessoa eram determinados por acontecimentos em um estado preexistente;

Não aceitava a ressurreição física;

Defendia a idéia de que, no final, Deus acabaria por salvar todos os homens;

Jesus Cristo em forma apenas humana morreu na cruz, como pagamento feito ao Diabo em resgate pelo mundo.

Em virtude dessas opiniões consideradas heréticas, o bispo de Alexandria, Demétrio, convocou um concílio e excomungou Orígenes. Esta excomunhão foi imediatamente aceita pela igreja ocidental e romana, mas, não pela igreja da Palestina e a maior parte do Oriente, que continuaram a aceitar as opiniões de Orígenes devido à sabedoria, à erudição e ao conhecimento que ele possuía.

Orígenes foi preso, torturado e condenado à morte numa estaca, entretanto, com a morte do imperador Décio, a sentença não foi executada. Porém, com a saúde debilitada devido ao período no cárcere, Orígenes morreu por volta do ano 251.

Apesar de algumas de suas idéias serem consideradas heréticas, Orígenes fez mais do que qualquer outra pessoa do seu tempo para promover a doutrina cristã e para fazer com que a Igreja ganhasse respeito aos olhos do mundo.

Seus ensinamentos influenciaram pensadores cristãos tanto no Ocidente quanto no Oriente e o grande número de seus trabalhos fez com que ele até hoje seja considerado como o pai da ortodoxia cristã, apesar de alguns o chamarem também de "pai das heresias".

A escola de Antioquia

Para combater as idéias de Orígenes, surgiu numa fase posterior, a escola de Antioquia. Seus principais defensores foram Teodoro de Mopsuéstia, que viveu no ano de 429 da nossa era, considerado como um grande exegeta e, Crisóstomo, aproximadamente 407, visto como o maior pregador da Igreja antiga.

Em Antioquia o uso da alegorização na interpretação dos textos bíblicos, tão veementemente defendido por Orígenes, foi restringido. Por seguirem uma mentalidade mais judaico-ortodoxa, passaram a ver a Bíblia de uma forma mais objetiva.

Os adeptos desta escola criam que os alexandrinos procuraram encontrar inspiração na Bíblia de uma forma platônica. Era normal, portanto, que buscassem uma interpretação mística dos textos para trazer à luz seu real significado.

Teodoro, Crisóstomo e seus seguidores entendiam que a inspiração era uma força divina que agia sobre a consciência e a inteligência do escritor dos textos bíblicos, permanecendo, entretanto, sob controle deste, a individualidade e sua capacidade intelectual.

Assim, consideravam que o mais importante ao se estudar os textos sagrados era esforçarem-se por descobrir os hábitos, objetivos e métodos de cada autor. Para eles, então, o sentido literal de interpretação se sobrepunha aos demais, pois era dele que se deveria extrair as lições morais; os sentidos tipológico e alegórico.

João Crisóstomo

Filho de um oficial militar romano que faleceu logo depois de seu nascimento, João foi criado juntamente com a irmã por sua mãe, Antusa. Jovem, bonita, viúva aos vinte anos, Antusa rejeitou todos os pretendentes para que pudesse dar uma melhor educação possível a seus filhos.

Ela vinha de uma família cristã e abastada e foi capaz de dar a João excelente educação, incluindo estudo de retórica com um famoso professor pagão de nome Libânio. O jovem também estudou Direito, mas decidiu-se pela vida ascética convencido que estava de que Deus o havia chamado para a vida monástica, ingressou em um mosteiro pouco depois da morte de sua mãe.

No ano de 381, João retorna para sua cidade natal, Antioquia, onde foi ordenado diácono. O bispo percebeu suas habilidades na comunicação e fez dele pregador oficial da igreja em Antioquia. A partir de então, o jovem pregador, ganhou respeito e notoriedade devido a esta característica. Por esta causa, recebeu a alcunha de Crisóstomo, transliteração de uma expressão grega cujo significado é "boca de ouro".

João Crisóstomo adotou uma abordagem mais literal da Bíblia em contraposição à interpretação mais alegórica da Escola de Alexandria. Sempre ansioso por determinar a literalidade do texto e opondo-se tenazmente à alegoria, ele procurou discernir o sentido espiritual do texto escriturístico e sua imediata aplicação prática, com o fim de orientar os cristãos.

Para Crisóstomo, a doutrina bíblica consistente e a forma de vida do cristão formam um todo inseparável. O que sabemos deve afetar profundamente o modo como vivemos, dizia ele. Caso contrário, a verdade do evangelho não atingiria o ideal pretendido. Por isso, Crisóstomo aponta o apóstolo Paulo, acima de todos os outros, como um especialista em juntar o conhecimento bíblico com a prática de vida.

Assim, as Escrituras tornam-se a estrutura interpretativa que João emprega para compreender a vida. Sua exortação vem no sentido de que devemos aprender "a pensar e viver como um cristão". No pensamento de João Crisóstomo, a sábia interpretação da Escritura é inseparável da sábia interpretação da vida.

Agostinho

Aurelius Augustinus, até hoje conhecido por Agostinho, nasceu em 354 na cidade de Tagaste. Sua mãe, Mônica, era cristã, porém, seu pai, Patrício, era um oficial romano e pagão. Ao perceber a capacidade intelectual de seu filho, Mônica e Patrício procuraram as melhores escolas para ele.

Agostinho estudou retórica e leu os grandes autores de sua época. Frustrado com sua incapacidade de entender a Bíblia, experimentou o maniqueísmo, doutrina de fortes tendências gnósticas e o neoplatonismo, porém não conseguiu satisfazer-se com eles. Convencido por seus estudos de que a verdade era o objetivo da vida, em um primeiro momento rejeitou o cristianismo por considerá-lo uma religião para pessoas de mente simples.

Agostinho conheceu Ambrósio em Milão e ficou fascinado com sua cultura, isto o fez mudar seu conceito a respeito dos cristãos, pois aquele homem tinha uma mente brilhante. Ambrósio, com sua exegese figurativa dos textos bíblicos trouxe esperança ao coração de Agostinho ao explicar-lhe que certas passagens do Antigo Testamento, como Gênesis 1.26, não deveriam ser interpretadas segundo um modelo literal.

Dizia ele que o fato de Gênesis ensinar que a humanidade foi feita à imagem de Deus não significa que Deus é uma substância material ou possuidora de um corpo físico. Agostinho aprende então que essas imagens relacionam-se aos "poderes espirituais", e não a "membros corpóreos", como queriam os maniqueístas.

Agostinho começa então sua caminhada em direção a fé cristã, buscando encontrar respostas para suas próprias dúvidas pessoais:

- ✓Como pode alguém viver uma vida sexual sadia em uma cultura sexualmente insana?
- ✓Como é o amor diferente da concupiscência?
- ✓Como o pecado tem afetado a personalidade humana?
- ✓Se Deus é infinitamente poderoso e amoroso, por que o mundo está cheio de tanto mal e sofrimento?
- ✓O que é exatamente o mal?
- ✓Como o mal entrou na criação de Deus?
- ✓Por que sou tão freqüentemente incapaz de fazer o bem, que eu sei ser o bem?
- ✓Por que me encontro persistentemente amando as coisas erradas?
- ✓Como posso aprender a amar o bem?
- ✓Como o pecado tem afetado minha capacidade de amar o que está certo e odiar o que é errado?
- ✓Como pode alguém entender o sentido da Bíblia?
- ✓Por que as Escrituras são de tão difícil compreensão e interpretação?
- ✓Como pode alguém aprender a lê-las bem?

Foi na busca de respostas para estas perguntas que, aos 33 anos, Agostinho estava em Milão sentado em um jardim, quando ouviu uma criança cantar uma canção que dizia: "pegue-a e leia-a, pegue-a e leia-a". Agostinho leu a primeira coisa que encontrou: uma cópia da epístola de Paulo aos Romanos. Quando leu Romanos 13.13,14, Agostinho creu. "Foi como se a luz da fé inundasse meu coração e todas as trevas da dúvida tivessem sido dissipadas", disse ele.

Agostinho escreveu centenas de tratados, cartas e comentários. Sua obra clássica, intitulada *A Trindade* é talvez o trabalho mais conhecido sobre este assunto. Entretanto, sua teologia baseia-se no amor cristão. Para Agostinho a interpretação correta das Escrituras deve levar o homem a esforçar-se por substituir a individualidade pela prática do amor ou caridade.

Essa força que substitui a ordem da individualidade pela união, deverá buscar a imitação de Deus na pessoa de Cristo. Ao falar do amor e da caridade Agostinho se refere à necessidade de o cristão compreender bem as Escrituras para que a partir daí se torne possível a sua edificação.

Para tanto, não se deve tomar os textos bíblicos de forma literal, uma vez que isto é, segundo Agostinho, "uma miserável servidão da alma", pois se não compreendermos os sinais que atravessam toda a Bíblia, também a compreensão da mensagem divina, inserida nela, se torna impraticável.

Entretanto, sem a compreensão dos textos sagrados, a edificação no amor e na caridade, finalidade última das Escrituras, torna-se tarefa impossível, uma vez que as incoerências que sobrevém da ignorância quer das línguas, quer da mensagem divina, não o permitem. Por isso Agostinho alerta aqueles que fundam a sua vida na fé, na esperança e na caridade e vivem nestas três virtudes sem o auxílio das Escrituras.

Ao estudarmos a obra de Agostinho, percebemos que Deus aparece nela como vida e sabedoria, como centro de amor de toda a criatura racional, tendo o homem que purificar o seu espírito de modo a gozar e a ver aquela verdade que vive imutavelmente. Esta idéia de gozar e usar são um tema constante em sua teologia.

Ao sublinhar a importância do amor em seus trabalhos, Agostinho, aponta para a interioridade do indivíduo, para a capacidade que este tem de fazer despertar em si o amor humano, fundado este no amor divino. Com isto, abre-se o caminho para a enunciação de um determinado conjunto de pressupostos que irão ajudar este mesmo homem a descortinar o sentido das Escrituras.

Contudo, ao lermos as Escrituras elas não apontam para uma interioridade afetiva do homem, mas para o formalismo lingüístico e para os problemas que as mensagens subliminares colocam à sua interpretação. Serão, no entanto, dificuldades ultrapassáveis se se tomar em linha de conta as soluções apresentadas pelo nosso autor.

Quando Agostinho se refere ao fato do perigo de se tomar o sentido literal dos textos, aponta também na direção de uma precaução quanto a um conjunto de

palavras em sentido figurado que se podem eventualmente encontrar na tentativa de interpretação. Essa servidão da alma, que é o não ir mais além do que as próprias coisas podem dizer é o que leva o intérprete a cometer erros de interpretação.

Em sua defesa intransigente da prática do amor, Agostinho, defende a idéia de que ainda que o intérprete se engane, o texto sagrado não mente, devendo apenas ser corrigida a interpretação. Uma leitura mesmo que errônea e que não corresponda à intenção do autor bíblico, mas que se revela própria a edificar a caridade não é de todo perigosa, diz ele.

O problema aqui é saber a causa pela qual alguns tomam apenas os textos em seu sentido literal. Será pela ignorância destes? Pressupõe-se desde o início o domínio da linguagem e dos significados dos textos por parte de quem se apresenta com a intenção de interpretar as Escrituras. Agostinho faz referência à importância do conhecimento das línguas, nomeadamente o grego e o hebraico.

Passamos a entender então que a tal "servidão da alma" descrita anteriormente é o não penetrar no "mundo do texto", forma que se afigura fundamental não só para compreensão desse mesmo texto, como também vem possibilitar ao leitor fazer uma concepção ideal de si mesmo, uma compreensão de si diante daquilo que o texto quer dizer, ou seja, o texto o leva a um encontro consigo mesmo, a uma compreensão do próprio eu.

Portanto, para Agostinho, a interpretação das Escrituras possibilita, não só a compreensão do texto em si, mas também a compreensão de si perante esse mesmo texto, desde que não seja tomado o sentido que entendemos pelo próprio texto.

No entanto, a possibilidade, considerada pelo próprio Agostinho, concernente à admissão de que pode existir, quando da interpretação exegética, vários sentidos para um mesmo texto, vai estender-se pela Idade Média e, passados alguns séculos, já em pleno século XII, Maimónides também defendeu a idéia de que podia haver vários sentidos e mesmo sentidos opostos para um mesmo texto bíblico, não nos sendo possível saber qual o verdadeiro. Posição que seria mais tarde, já na Idade Moderna, defendida por Spinoza no seu *Tratado Teológico - Político*.

Visto Agostinho dar prioridade ao conhecimento dos textos em sua literalidade e sabermos que os autores dos textos sagrados deixaram-nos um sentido neles que nos faz pensar em algo superior, levantam-se outros problemas provenientes da ambigüidade ou da obscuridade das idéias.

Tais dificuldades vão requerer da parte do sujeito interpretante o conhecimento de um leque de línguas como, por exemplo, do grego, do hebraico e, ao menos, noções do aramaico, a fim de que se conheça, então, o seu sentido preciso.

Então, Agostinho, remete-nos à idéia de que não se deve depreciar o que de bom foi dito pelos autores profanos, porque, diz ele, "tudo o que o homem aprendeu fora das Sagradas Escrituras se é nocivo nelas se condena, se é útil nelas se encontra".

Se o intérprete não compreende as palavras metafóricas dos textos e admite a sua interpretação literal, só é visto por Agostinho como se fosse próprio quando não se sabe qual o seu verdadeiro significado. Ora, para que isto não aconteça, diz-nos Agostinho, havemos de examinar com diligente consideração o que lemos "para se chegar a uma interpretação que nos conduza ao reino da caridade". A caridade, para este pensador cristão, é o fim e a plenitude das Escrituras.

Verificamos que Agostinho coloca a exegese a serviço da fé e da caridade, todavia, está longe de negligenciar os meios que permitem reconhecer racionalmente o sentido exato dos textos bíblicos pretendido pelos autores. Ele aconselha ao exegeta dos textos sagrados utilizar todas as ciências profanas que têm alguma utilidade para a realização do seu objetivo, incluindo aí a filosofia tal como foi praticada pelos pagãos, sobretudo os platônicos.

As Sagradas Escrituras, segundo Agostinho, tendo uma origem divina, não são acessíveis na sua plenitude apenas pela fé, mas, porque usa linguagem humana, não dispensa ao intérprete um trabalho de inteligência. No entanto, estas duas condições são hierarquizadas: a fé deve preceder a inteligência.

É bom lembrarmos aqui, que ao falarmos de interpretação das Sagradas Escrituras, não nos parece demais referir-nos a um aspecto interessante: quando alguém interpreta um texto sagrado é ele próprio "interpretado" pelo mesmo texto, ou seja, o ato de interpretar comporta o efeito de apropriação por parte de quem interpreta. Ora, o mesmo se poderá dizer de Agostinho, em quem as Escrituras tiveram um papel importante na sua experiência interior e na compreensão de si.

Finalizando, podemos dizer que Agostinho não é um tradicionalista puro e simples, sua teologia refere-se sempre à autoridade da fé como elemento essencial para compreender Deus. Mantém-se até hoje como uma das maiores figuras da história humana e da história do pensamento cristão, à qual não pode escapar a sua teoria da interpretação.

Para este que é considerado o maior pensador cristão, a Bíblia transcende a todos os outros escritos; animada pelo Espírito, constitui um corpo vivo, unificado coerente, carregado de significações sacramentais em todas as suas partes, mesmo nas suas passagens mais curtas ou nas suas páginas, aparentemente, de menor importância.

Capítulo 3

▼ História da exegese bíblica

Tomás de Aquino, Lutero, Calvino e Spinoza

◘ A Idade Média

A forma de interpretar os textos bíblicos na Idade Média, principalmente no mundo ocidental, seguiu mais as idéias da escola de Alexandria que a de Antioquia. Esta afirmação não pode ser considerada de forma generalizada, uma vez, que as diferenças de interpretação variavam de lugar para lugar, conforme o grau de influência da alegorização como princípio hermenêutico.

Esta dicotomia já poderia ser notada desde o período anterior, quando dos grandes debates teológicos-interpretativos formulados por Jerônimo e Agostinho. Porém, via de regra, a forma de interpretação alegórica predominou durante quase mil anos.

Naquela época a Bíblia era interpretada em um mínimo de dois sentidos, chegando este número às vezes a sete. Entretanto, a forma mais utilizada foi o chamado sentido interpretativo quádruplo, que foi adotado pelo catolicismo medieval e consistia nos seguintes sentidos:

sentido histórico-literal;

sentido alegórico – caracterizado por uma influência maior da fé;

sentido moral – aquele que governa a conduta do indivíduo;

sentido analógico – falava sobre o destino final dos cristãos.

A voz dissonante nesta época, se é que assim se pode chamar, pois surge apenas no fim deste período, era a de Tomás de Aquino, que em suas interpretações das Escrituras sagradas, procurava dar prioridade ao sentido primário do texto.

Tomás de Aquino

Apesar de ter vivido apenas no final da Idade Média, Tomás de Aquino é considerado o maior teólogo deste período histórico. Nasceu em 1225, numa família de nobres abastados. Aos cinco anos, já era conhecido por sua piedade, e seus pais o enviaram para a escola de uma abadia.

Aos catorze anos, Tomás de Aquino passou a estudar na Universidade de Nápoles, onde ficou tão impressionado com um professor que pertencia a Ordem dos Dominicanos que decidiu também se tornar monge.

Naquela época havia uma grande efervescência teológica entre filósofos cristãos e não-cristãos a respeito das obras de Aristóteles, do muçulmano Averróis e do judeu Maimônides, que haviam acabado de ser traduzidas para o latim.

Os estudiosos daquele tempo estavam deslumbrados diante daqueles filósofos que procuravam esclarecer a existência do universo sem qualquer referência ao Novo Testamento.

Tomás de Aquino, entretanto, deu continuidade à tradição do escolasticismo, reconciliando as correntes da teologia e da filosofia, aparentemente diferentes entre si. Para ele havia apenas uma diferença entre as duas ciências, uma era considerada como a razão, a outra como a revelação, mas, ressaltava que não havia contradição nisso, ambas eram fontes de conhecimento vindas de Deus.

Segundo Tomás, na teologia sacra todas as coisas são tratadas da perspectiva de Deus, enquanto que na filosofia há de se compreender as limitações da razão. Ela é baseada somente no conhecimento sensorial e, embora possa nos levar a acreditar em Deus, somente a revelação pode apresentar o Deus trino da Bíblia.

Somente a revelação pode mostrar plenamente as origens e o destino do homem. Ao usar a revelação e as deduções lógicas baseadas nela, o homem pode construir uma teologia para explicar a si mesmo e o universo.

A Reforma Protestante

É indiscutível que a maneira de se interpretar a Bíblia foi um dos motivos causadores da Reforma Protestante. A enorme quantidade de sentidos extraídos na interpretação dos textos bíblicos, utilizados antes e durante o período medieval, levou o catolicismo ao extremo de decretar que só o clero era capaz de ler, entender e explicar as Escrituras.

Tirar a Bíblia desta espécie de camisa de força a que impunha os líderes católicos e permitir que ela falasse diretamente ao leitor por si mesma, foi o grande

fator responsável pelo desenrolar histórico dos acontecimentos daquele período. O princípio adotado de *Sola Scriptura* demonstra bem isso.

Antes da Reforma e ainda na Idade Média, alguns pensadores cristãos já demonstravam um certo descontentamento com a forma de interpretação bíblica da igreja medieval. Todos queriam contemporizar os textos sagrados com as idéias humanistas que tomavam corpo naquela época.

Para ficar com apenas dois exemplos poderemos citar João Wiclif e João Colet, ambos ingleses. Principalmente João Colet que, por sua capacidade filosófica, exerceu forte influência sobre aquele que é considerado o maior exegeta católico do tempo da Reforma, a saber, Erasmo de Roterdã.

◘ Martinho Lutero

Aquele, porém, que conseguiu maior sucesso nesta empreitada foi, sem dúvida, Martinho Lutero. As suas interpretações dos textos bíblicos, mesmo que ainda fortemente influenciadas pelo catolicismo da Idade Média, buscavam sempre encontrar o significado mais simples para os fatos narrados na Bíblia.

Lutero nasceu em 1483, em uma família de camponeses em Eisleben, Alemanha. Seu pai, um mineiro, levou-o a estudar Direito, enviando-o à Universidade de Erfurt. Contudo, o fato de ele ter sido poupado da morte quando um raio caiu muito próximo dele fez com que Lutero mudasse de idéia.

Ele entrou para um mosteiro agostiniano em 1505, tornando-se sacerdote em 1507. Reconhecendo suas habilidades acadêmicas, seus superiores o enviaram para a Universidade de Wittenberg a fim de que obtivesse o diploma em Teologia.

As insatisfações intelectuais que atormentavam outros grandes cristãos, ao longo de todas as eras, também influenciaram Lutero. Ele estava profundamente consciente do próprio pecado, da santidade de Deus e de sua total incapacidade de obter o favor divino.

Em 1515, começou a lecionar sobre a epístola de Paulo aos Romanos. As palavras de Paulo consumiram a alma de Lutero. Esta é sua idéia a respeito daquele tempo: "Minha situação era que, apesar de ser um monge impecável, eu me punha diante de Deus como um pecador perturbado por minha consciência e não tinha confiança de que meus méritos poderiam satisfazê-Lo. Noite e dia eu ponderava, até que vi a conexão entre a justiça de Deus e a afirmação de que 'o justo viverá pela fé'. Então, entendi que a justiça de Deus é a retidão pela qual a graça e a absoluta misericórdia de Deus nos justificam pela fé. Em razão dessa descoberta, senti que renascera e entrara pelas portas abertas do paraíso. Toda a Escritura passou a ter um novo significado [...] esta passagem de Paulo tornou-se, para mim, o portão para o céu".

Lutero, então se sentiu livre para falar contra a corrupção que se alastrava dentro da Igreja. Ele que já criticava a venda de indulgências e a adoração das relíquias adotou definitivamente como lema de fé *Sola Scriptura*.

Para Lutero a interpretação dos textos sagrados deveria torná-los aplicáveis à vida do povo e à sociedade. Nesse sentido, são suas palavras que falam mais alto: "Quando eu era jovem, era um perito em alegorizar as Escrituras; hoje o melhor das habilidades se concentra no dar o sentido literal, simples, que elas têm, e do qual procedem poder, vida, conforto e instrução".

Até então, a Igreja Católica Romana havia transformado a Bíblia em um livro tão difícil de ser compreendido e de textos tão obscuros que só poderiam ser interpretados corretamente pelo clero. Este mesmo clero, utilizando-se da forma alegórica de interpretar o texto sagrado, mantinha as Escrituras submissas às tradições da Igreja.

Foram os reformadores que expuseram o princípio da transparência bíblica. Este princípio negava sua inexaurível profundidade, mas afirmava que a Bíblia era compreensível a todos, enquanto fosse interpretada histórica e gramaticalmente. Desta maneira, *Sola Scriptura* se torna definitivamente o lema da Reforma em assuntos polêmicos e doutrinários.

Entretanto, Martinho Lutero não deixou de utilizar os métodos de sua época para interpretar algumas partes da Bíblia. Principalmente a teoria que fazia diferenciação entre Escrituras e Escritura e que nunca foi explicada totalmente.

É desta teoria que surge posteriormente o conceito luterano de inspiração das Escrituras: "Tudo que promove ou ensina Cristo" seria inspirado, o restante da Bíblia deveria ser considerado como uma categoria inferior.

Martinho Lutero, com sua visão diferenciada da exegese bíblica, representou uma nova avaliação das Escrituras, colocando-a em contato direto com o homem comum. A partir de então a Bíblia deixou de ser um livro inacessível para ser um guia da vida do cristão. Lutero diminuiu a distância entre a Bíblia e o cristão imposta pelo catolicismo romano.

Mesmo aceitando que a relação entre a Bíblia e o leitor deveria ser direta, sem intermediários para interpretá-la, Lutero insistia em que era necessário, para um bom conhecimento das mensagens do evangelho, o estudo das línguas originais e a interpretação por cânones mais científicos.

Ressaltava também a interpretação dos textos sagrados no seu sentido primário, histórico e gramatical, só permitindo outros sentidos quando parecia que o próprio texto assim reclamava.

Em síntese, tanto os acontecimentos que desencadearam a Reforma Protestante, quanto a posição de honra que a Bíblia passou a ocupar dentro da Igreja, dos lares, na sociedade e na vida pessoal de cada cristão, devem muito à personalidade única de Martinho Lutero.

Se não fosse sua dúvida profunda, talvez jamais tivesse garimpado a verdade das Escrituras como fez. Sem sua impetuosidade, talvez jamais atraísse um número significativo de seguidores.

João Calvino

Aparentemente, Calvino teve contato com os textos de Martinho Lutero logo depois da Reforma Protestante. Ele rompeu definitivamente com o catolicismo, saiu de sua terra natal, a França e estabeleceu um exílio voluntário na Suíça.

Em 1536, aos 27 anos, Calvino publicou a primeira edição de sua obra mais importante, *As Institutas da religião cristã*, uma teologia sistemática que claramente defendia os ensinamentos da Reforma. Nela, aborda os temas principais do protestantismo, começando pelo Credo apostólico e destacando quatro pontos: "creio em Deus pai... Em Jesus Cristo... No Espírito Santo... e na santa Igreja Católica"- que correspondem às quatro sessões do livro. Em cada uma, Calvino buscava não apenas afirmar uma teologia, mas, procurava aplicá-la à vida cristã.

Foi a partir da publicação de sua obra que Calvino passou a ser considerado por muitos como o grande exegeta do período da Reforma. Em alguns pontos ele foi ainda mais categórico que Lutero, principalmente no que diz respeito à explicação dos princípios histórico-gramaticais de interpretação bíblica.

O livro *As Institutas* representa um marco na história da interpretação dos textos bíblicos. Até sua publicação a Bíblia era uma ilustre desconhecida do cristão comum e para piorar, as interpretações existentes até então mais obscureciam do que propriamente explicavam os textos sagrados.

É no livro III de *As Institutas* que vamos encontrar a doutrina da predestinação, cujas idéias principais desenvolvidas por Calvino, transcrevemos aqui:

1. A revelação bíblica é progressiva. O Novo Testamento ultrapassa ao Antigo, e o Novo Testamento não é homogêneo quanto à perspicácia espiritual, pois alguns autores eram mais perceptivos do que outros. Calvino também supunha que os autores limitavam-se à compreensão potencial de seus leitores. Para exemplificar cita o escritor aos hebreus: "A esse respeito temos muitas cousas que dizer, e difíceis de explicar, porquanto vos tendes tornado tardios em ouvir..."(Hb 5.11).

2. Deus é a causa absoluta e não condicionada de todas as coisas. Deus revela a Sua mente no homem e na natureza. – Visto que o homem foi cego pelo pecado ele precisa de mais do que somente a Palavra objetiva de Deus, as Escrituras, para orientá-lo na direção correta de sua vida. Ele precisa de iluminação espiritual.

3. Deus ordena todas as coisas, mas sem fazer violência à liberdade de suas criaturas inteligentes, algumas delas sendo necessárias, outras contingentes e outras livres.

4. O homem foi criado puro e segundo a Imagem Divina, mas caiu e ficou corrompido, mediante o abandono voluntário do bem. Permanece nele, contudo, uma parte da imagem de Deus, embora isso não seja suficiente para o homem salvar a si mesmo.

5. Cristo, o Redentor, é a ajuda de que o homem precisa para a salvação de sua alma, pois nele encontra-se toda a graça suficiente.

6. O homem depende de Deus quanto a uma dupla predestinação: ou para a salvação ou para a perdição. O homem é salvo inteiramente à parte de qualquer mérito pessoal, mas é condenado por causa do pecado.

7. A graça de Deus renova a vontade do homem, e a reação humana é inspirada pelo Espírito Santo. Isso recupera para o homem a verdadeira liberdade.

8. Todos os crentes são iguais diante de Deus. As hierarquias criadas pelos homens são prejudiciais à espiritualidade.

9. As Escrituras, com exclusividade, são a nossa autoridade de fé e prática.

Portanto, a teologia de Calvino é, acima de tudo, baseada na Bíblia. E, por incrível que pareça, a doutrina da predestinação não foi totalmente criada por Calvino. Santo Agostinho e a maioria dos reformadores acreditavam nela. Entretanto, a forma veemente como Calvino defendia este conceito, fez com que fosse criada uma ligação entre o ensinamento e seu nome que passou a designar um grupo peculiar de cristãos, os calvinistas.

Calvino concentrou sua teologia na soberania divina. Sua maior crítica era quanto ao fato de a Igreja Católica ter corrompido a interpretação da Bíblia a ponto de criar uma doutrina de salvação pelas obras. Por esse motivo ele vivia a repetir: "Você não pode manipular Deus ou torná-lo seu devedor. É apenas Ele quem salva, uma vez que você não pode fazer isto por si mesmo".

É interessante, portanto, pensarmos em como Calvino explicava a sua doutrina. Para ele Deus decidia salvar algumas pessoas e somente Ele poderia saber quais eram os eleitos. Porém, a conduta moral pode demonstrar se há ou não possibilidade de uma determinada pessoa ter sido escolhida por Deus. Mesmo assim, Calvino insistia para que todas as pessoas demonstrassem sua salvação por meio de atitudes.

Finalizando esta parte que tratou do período da Reforma, devemos lembrar que tanto Lutero, quanto Calvino, nem sempre foram, na prática, estritamente fiéis a seus princípios doutrinários. Contudo, suas idéias representaram um grandioso passo na compreensão da mensagem bíblica.

◘ Período posterior à Reforma Protestante

Do ponto de vista da exegese bíblica, a reação da Igreja Católica contra a Reforma Protestante, foi proclamar enfática e categoricamente a primazia da tradição sobre as Escrituras. Se os reformadores declaravam que "a Bíblia é o seu próprio intérprete", o Concílio de Trento, realizado entre 1545 e 1563, confrontando as doutrinas da revelação e da tradição com as rupturas do período posterior a reforma, declarou: "ninguém deve presumir de interpretar a assim chamada Escritura Sagrada de modo contrário ao sentido que lhe foi e é dado pela santa mãe Igreja".

Apesar da liberdade interpretativa adotada pelos reformadores, o protestantismo não conseguiu evitar que alguns teólogos tentassem subjugar as Escrituras aos catecismos e credos da Reforma. Isto aconteceu porque a preocupação com uma verdadeira interpretação gramático-literária era bastante obscurecida pela busca de confirmação aos credos particulares por meio de deduções extraídas de textos-prova da Bíblia.

A reação contra esta tendência surgiu com um movimento chamado pietismo. Criado, no fim do século XVII, dentro da Igreja Luterana Alemã, se caracterizava por um movimento de renovação da fé cristã e defendia a primazia do sentimento e do misticismo na interpretação das Escrituras em detrimento da teologia racionalista.

Por dar maior ênfase à pessoa do intérprete bíblico e afirmar a superioridade da fé sobre a razão, os pietistas pregavam maior liberalidade interpretativa, antecipando assim, o movimento cultural humanista que se propagaria pela Europa um século mais tarde.

O maior exegeta do pietismo foi sem dúvida Johann Albrecht Bengel. Ele dedicou-se à crítica textual, à exposição bíblica e seu método interpretativo leva em conta sete elementos:

O estabelecimento do texto;

A elucidação do sentido das palavras;

O contexto geral;

O contexto bíblico;

A luz que pode advir do transfundo histórico;

O sentido do texto como um todo;

A aplicação homilética.

Baruch Spinoza

Baruch Spinoza nasceu em Amsterdam na Holanda em 1632 e faleceu na cidade de Haia, em 1677. Aceitava a idéia de Descartes de que o universo era dividido em mente e matéria. Mas considerava, ao contrário de Descartes, que, se a mente e a matéria eram substâncias separadas, elas não podiam interagir. Spinoza decidiu que ambas eram "atributos" de uma substância, Deus. Este, sendo infinito, tinha muitos atributos, mas a mente e a matéria eram os únicos que a razão humana podia conhecer.

Partindo dessa posição, chegou à seguinte conclusão: tudo o que existe, inclusive homens e mulheres, é parte de Deus; em Deus, quase literalmente, vivemos, nos movemos e temos o nosso ser.

Sustentava que a maior felicidade do homem consistia em chegar a entender e apreciar a verdade de que ele é apenas uma minúscula parte de um Deus panteísta que abrange tudo. Essa visão preocupou os contemporâneos ortodoxos de Spinoza, judeus e cristãos, por ser tão diferente da crença tradicional.

Capítulo 4

▼ História da exegese bíblica

O método histórico-crítico

◘ Situação atual

Atualmente a forma mais disseminada de interpretação utilizada em praticamente todo o lugar onde o cristianismo se faz presente é o "método histórico-crítico". Este método se tornou tão disseminado que poderemos aceitá-lo como sendo uma mentalidade de nossa época.

Para a maioria dos exegetas atualmente, toda a história passada influencia na interpretação dos textos sagrados. A sabedoria de todas as gerações anteriores foi se acumulando e hoje, após uma seletividade histórica condicionada, é utilizada na fórmula interpretativa.

Pelo que vimos até aqui, dá para concluir que em nenhum período da história do estudo das Escrituras Sagradas uma teoria interpretativa se impôs de maneira tão geral nas igrejas como o método histórico-crítico (claro que tratamos aqui do nível acadêmico, não de doutrina pregada nos púlpitos).

Para melhor compreensão do que acontece na atualidade, em termos de história da interpretação bíblica, diríamos que hoje a ênfase da exegese está, sem dúvida, no descobrimento do sentido histórico e primário do texto. É assim que a grande maioria dos exegetas atualmente tem concentrado seus esforços, tanto que qualquer outro sentido que vá além do sentido histórico tem sido veementemente contestado.

É claro que uma vez ou outra surgem algumas inovações interpretativas, mas a maioria delas é claramente entendida como complementação ao método histórico-crítico propriamente dito. Além do mais, pouquíssimos exegetas têm se dispostos a contestar a validade deste método nos dias atuais.

O que é o método histórico-crítico

Não é fácil descrever a dinâmica do "método histórico-crítico" na análise interpretativa, isto porque, sua característica é mais como uma determinada perspectiva que envolve em si vários "métodos" de análise de um texto do que uma metodologia interpretativa.

Essas perspectivas variam muito, inclusive de teólogo para teólogo. Isto acontece porque devemos considerar que determinados textos bíblicos exigem uma ênfase maior em determinados passos metódicos, e que, por exemplo, o que é plenamente aceito para interpretar o Antigo Testamento, nem sempre obterá o mesmo resultado ao se analisar o Novo Testamento pela mesma ótica.

Entretanto, podemos enunciar alguns "passos metodológicos" que são aceitos pela maioria dos teólogos e que fazem parte do sistema de análise do método histórico-crítico:

1. Tradução e crítica textual

A principal finalidade da exegese é a tradução do texto na linguagem do leigo ou ouvinte. Porém, ela tem um caráter provisório, uma vez que, a interpretação não começa nem acaba com a tradução.

Em seguida, deve-se levar em consideração a crítica textual, o objetivo aqui deve ser o de se ter um texto que tenha um alto grau de probabilidade de ser original.

2. Crítica literária

O pensador cristão David Wenham na obra *Interpretação do Novo Testamento*, diz: "A crítica literária penetra [...] para trás do texto canonizado e procura descobrir a história percorrida por trás de sua formação". Com isto ele quer nos chamar a atenção para o fato de que, segundo ele, "a crítica literária só pode atingir um relativo grau de probabilidade quando temos à nossa frente tanto parte da fonte como o documento posterior que a incorpora".

Para este teólogo, não é fácil detectar acréscimos posteriores aos escritos originais e devemos tomar cuidado em nos deixar guiar pelas próprias indicações do texto, onde as houver. É esta falta de cuidado que leva a toda sorte de interpretações errôneas.

A grande importância dada a critica literária atualmente nos meios cristãos nos leva a perceber que isto deriva de uma falta de visão do que chega a ser realmente importante de se analisar num determinado texto. C. S. Lewis, professor de literatura na Universidade de Cambridge, disse certa vez: "Os 'resultados seguros' da pesquisa moderna, no que diz respeito à maneira em que foi escrito um livro antigo, são 'seguros' somente porque as pessoas que conhecem os fatos estão mortas e não podem, assim, denunciar a gafe".

■ 3. Tradição

O objetivo deste passo metodológico é o caminho histórico percorrido por determinado texto, levando em consideração a sua transmissão oral na fase pré-escrita, ou seja, antes mesmo de sua fixação literária mais antiga.

Ao contrário da crítica literária que determina de forma analítica todo o caminho percorrido por um texto na fase de sua tradição escrita, o estudo da tradição verifica os fatos que ocorreram com um determinado texto enquanto esteve na fase de sua transmissão oral.

É nesta parte que descobrimos o que aconteceu com o texto durante o período em que a história relatada viveu a fase da comunicação oral dos fatos, as lendas, os ritos, os usos, os costumes etc. e que passou de geração para geração até chegar na fase escrita.

Aqui descobriremos que houve uma longa história percorrida antes da fixação do texto por escrito. Por exemplo: procura-se descobrir como era a vida e as tradições sociais na época dos patriarcas bíblicos ou, como se comportavam as pessoas na época que antecedeu a escrita dos evangelhos. Qualquer descoberta nesse sentido é levada em grande consideração.

Contudo, qualquer que seja a solução encontrada, será ainda menos digna de credibilidade do que os resultados encontrados na análise pelo método da crítica literária. Tudo isso porque o desenlace da grande maioria das pesquisas realizadas nesse campo – e são muitas – como por exemplo, a arqueologia, não passa de hipóteses, muitas vezes construídas sobre outras hipóteses.

■ 4. História redacional

Este método tem como propósito traçar a história de um texto desde sua primeira versão escrita, passando pelos acréscimos sofridos, examinando ainda o enquadramento do texto em complementos maiores, até chegar à sua configuração última, dentro do contexto literário atual.

Dentro desta análise vamos procurar encontrar todas as opiniões e sentimentos, quer favoráveis quer contrários, concebidos a respeito dos autores dos textos e também sua formação original. A idéia é descobrir como o editor, ou redator de um texto utilizou suas fontes e o que omitiu ou o que acrescentou.

Tem se chegado a bons resultados com este método quando se trata de estudarmos os evangelhos. Isto devido à grande quantidade de textos que descrevem aquela época histórica, canônicos ou não.

■ 5. História da forma

Buscar a história da forma de um texto é tentar compreender de maneira adequada como ele foi disposto e qual a intenção primordial de seu autor. Para isto, precisamos encontrar a sua estrutura e a sua configuração lingüística, determinando assim o seu gênero: se poesia, verso, história, profecia, etc., Ao fazermos isto encontraremos a correlação entre o seu formato e o seu conteúdo. É então que vamos descobrir os vários gêneros literários que se encontram na Bíblia.

Podemos afirmar com algum grau de certeza que este método tem sido utilizado por exegetas modernos para explicar convincentemente todos os livros da Bíblia, porém, os melhores resultados são encontrados quando utilizados no estudo do livro dos Salmos e dos Evangelhos.

Concluímos que a contribuição deste método para o entendimento dos textos sagrados é de um valor inestimável.

■ 6. História temática

A finalidade deste método é descobrir determinados conteúdos, valores ou complexos temáticos que aparecem nos textos bíblicos e que tiveram significados próprios antes e depois de eles serem escritos.

Deve-se louvar a intenção daqueles que utilizam este método para descobrir contextos paralelos aos temas desenvolvidos nas Escrituras. A única crítica que fazemos é que esta metodologia muitas vezes está ligada a preconceitos sobre a história dos documentos bíblicos que estão longe de serem comprovadas.

■ 7. Análise de detalhes do texto

Este é um dos métodos utilizados pelos exegetas da atualidade, aquele que tem conseguido o maior grau de objetividade na interpretação dos textos sagrados. Por isto mesmo é considerado como um dos mais importantes.

Seu objetivo é apresentar o decurso, o conteúdo e as intenções do enunciado de um texto bíblico, incluindo seu contexto, podendo ser reconhecidas como fases / finalidades, as seguintes:

O esclarecimento das posições geográficas e históricas;

A extração dos dados concretos apresentados no texto;

As análises terminológicas;

A especificação da relação entre o texto e o resultado do estudo da história temática;

A análise do "pano de fundo" cultural e religioso da época em que o texto foi escrito.

Considerando, portanto, a importância destes métodos na interpretação das Escrituras, deve o exegeta concentrar todos os seus esforços na aplicação dos tópicos anteriormente descritos. O resultado será um grande proveito na compreensão dos textos sagrados.

Capítulo 5

▼ História da exegese bíblica
A hermenêutica moderna

◘ Paul Ricoeur - o pai da hermenêutica moderna

Criador da hermenêutica filosófica, Paul Ricoeur nasceu em 1913 na cidade de Valence, na França. Ficou órfão ainda jovem e foi educado pelos avós protestantes. A formação calvinista configurou sua personalidade e seu pensamento de tal maneira que além de celebrado e renomado filósofo, Ricoeur tornou-se uma referência não só na França como no mundo inteiro no que tange ao conhecimento da Bíblia e da teologia cristã.

Seus trabalhos sobre o mal são obrigatórios para entendimento de tratados teológicos importantes como a *Antropologia e a Graça*. Enquanto que seu livro sobre hermenêutica, *O conflito das interpretações: ensaio de hermenêutica*, escrito em 1969 é referência maior para o estudo da exegese bíblica e sua metodologia.

Ricoeur tornou-se professor em 1933 e devido a sua formação filosófica e doutorado em letras logo marcou presença nos meios intelectuais franceses como herdeiro espiritual da fenomenologia de Husserl e do existencialismo cristão.

De espírito irrequieto, Ricoeur fundou, na década de 50, juntamente com outros filósofos, a revista *Espirit*. Enquanto decano da Faculdade de Letras da Universidade de Nanterre (1969-1970) tocou-lhe enfrentar as difíceis e conflitantes questões decorrentes dos acontecimentos em maio de 1968, referentes ao movimento estudantil francês.

Decepcionado com o resultado de seus esforços no diálogo com os estudantes, "exilou-se" voluntariamente nos Estados Unidos e passou a lecionar na Universidade de Chicago.

Entre suas principais obras, que marcaram toda uma geração de filósofos franceses, estão:

Da Interpretação. Ensaio sobre Freud (1965)
Ensaios de Hermenêutica I - O conflito das Interpretações (1969)
Ensaios de Hermenêutica II - Do texto à ação (1986)
Metáfora Viva (1975)
Teoria da Interpretação: O Discurso e o Excesso de Sentido (1976)

Pensador comprometido profundamente com o pensamento cristão, Paul Ricoeur, chegou a receber o Grande Prêmio de Filosofia da Academia Francesa, por seus escritos terem estabelecido uma ligação entre a fenomenologia e a análise contemporânea da linguagem utilizando-se da teoria da metáfora, do mito e do modelo científico.

Estudou e escreveu muito sobre a maneira como a realidade de uma pessoa é configurada por sua percepção de eventos do mundo que a cerca.

Uma de suas grandes contribuições à filosofia é o conceito da ação que permanece até hoje como um legado seu para a humanidade. Os eventos que mudaram a história em 1989 como a queda do socialismo, levaram Paul Ricoeur de volta ao cenário do debate filosófico francês com sua reflexão centrada sobre a pessoa, a alteridade, a solicitude e as instituições justas.

Fiel a sua fé, esse filósofo protestante que participou da fundação do mosteiro ecumênico de Taizé, na França, e jamais deixou de freqüentá-lo por ver ali um lugar onde era possível aproximar-se da bondade, soube fundar sua filosofia sobre o respeito ao outro e a reciprocidade das relações humanas.

No plano hermenêutico, esforçou-se por reconstruir os textos, procurando devolver ao mundo o verdadeiro discurso dos autores por ele interpretados; procedeu a um levantamento das questões dissimuladas e apenas afloradas pelos autores dos textos bíblicos e pesquisou as articulações dos sentidos encobertas por estes autores, ainda que os tenha feito inconscientemente.

Foi assim que Paul Ricoeur tentou fazer aparecer o real significado das Escrituras.

Ricoeur deu expressão ao clássico enunciado de que uma verdadeira compreensão dos textos sagrados se completa não atrás dele, mas na intenção do autor mais diante dele, e certamente em diálogo com a tradição no que concerne a questões que envolvem verdades que são vitais para a vida.

A Bíblia é vista por Ricoeur como um livro cheio de metáforas, mas que contém poderes espirituais inerentes àquilo que está escrito e pelos quais podemos interpretá-la, ordenando o presente mundo da experiência, sem nos importamos com qual seja a fonte do simbolismo utilizado.

A moderna exegese católica

Apesar de o Concílio do Vaticano II ter ratificado as radicais declarações do Concílio de Trento no que concerne em se considerar a tradição da Igreja Católica na interpretação dos textos bíblicos, a posição oficial do catolicismo também foi sendo gradualmente afetada pelos "novos ares" exegéticos.

Atualmente, não resta dúvida que a tradição da Igreja continua tendo um papel decisivo quando se trata de discutir a interpretação da Bíblia. Entretanto, a moderna interpretação crítica tem hoje um papel muito importante na exegese católica.

Nos pronunciamentos oficiais da Igreja tem-se notado que o catolicismo romano espera que o intérprete bíblico vá além do sentido que o autor quis dar ao texto, que busque seu sentido mais profundo. Esta idéia tem sido também defendida em escritos católicos aos quais a Igreja confere autoridade.

Como exemplos podemos citar textos onde a Igreja Católica incentiva os fiéis a encontrarem sentidos mais profundos em passagens descritas no Novo Testamento e que também figuram no Antigo Testamento, afirmando que depois do cristianismo Deus guia a Igreja e os cristãos na compreensão da revelação bíblica.

Essa nova posição da Igreja vem de encontro a um contexto social atual onde as pessoas buscam a revelação de um significado mais íntimo das Escrituras. Na verdade, a Igreja defende a idéia de que há sempre uma tendência do leitor em compreender o texto de modo diferente daquele que o autor pretendia.

A teologia latino-americana

O contexto sócio-econômico da América Latina acabou por influenciar a interpretação das Escrituras. Com uma sociedade caracterizada pela carência das benesses sociais, a América Latina encontrou no bojo das diversas correntes interpretativas uma fórmula peculiar de fazer teologia.

Nela são considerados três pontos, a saber: a dimensão sócio-política da teologia política européia; a importância da situação real do intérprete em termos de convicções pessoais com relação à sua fé e a visão católica de interpretação baseada na revelação divina. Tudo isso naturalmente reinterpretado e colocado a serviço de uma causa social.

Deu-se o nome de Teologia da Libertação a esta forma de interpretar a Bíblia. Aqui, o ponto de partida é a realidade social do intérprete e não mais o horizonte do texto. Extrai-se do contexto bíblico aquilo que se pode interpretar como benéfico para as relações sociais.

A Teologia da Libertação procura encontrar na Bíblia não mais os valores subjetivos intrínsecos, mas, uma ação objetiva que, superando e concretizando a crítica social meramente teórica, permite ao leitor construir a si mesmo e o seu mundo, de forma livre e autônoma, nos âmbitos cultural, político e econômico. Proporcionando-lhe um engajamento na luta pela libertação dos pobres e oprimidos dos poderes que os oprimem.

Com este horizonte básico e fundamental para prosperar em ambiente tão carente, a Teologia da Libertação não se preocupa tanto com a ortodoxia, mas com uma manifestação espiritual mais representativa e política, e caracterizadas especialmente por uma natureza concreta, em oposição à reflexão teórica. O conceito de "verdade" passa a ser a realidade social do intérprete.

E é a partir deste conceito de "verdade" que a Bíblia passa a ser estudada. A Bíblia é conscientemente lida para mudar a realidade social do indivíduo não sua realidade espiritual. A hermenêutica utilizada pelos teólogos da libertação é um engajamento na luta pela libertação dos povos oprimidos.

Quanto ao estudo direto dos textos bíblicos, os exegetas da teologia da libertação, quase invariavelmente assumem a metodologia do método histórico-crítico. O que os torna diferentes é a maneira totalmente peculiar que vêem a interpretação da Palavra de Deus.

Conclusão da história da exegese bíblica

Terminada esta seção, queremos frisar que o aluno deve levar em consideração que nossa intenção aqui não é esgotar o assunto e uma análise sucinta como a que fizemos pode não atender as ânsias do aluno, pois dá apenas uma idéia panorâmica da historicidade e de como se chegou ao cenário atual dos estudos bíblicos.

Também consideramos que muitas das definições e opiniões aqui descritas possivelmente se esclareceriam melhor se tivessem sido acompanhadas de exemplos que as elucidassem. Isto, porém exigiria um estudo mais detalhado de cada assunto, o que suplantaria o espaço planejado para a exposição de cada disciplina do curso.

Fica-nos a certeza que de que, de definitivo, só há o texto bíblico em si, que conseguiu permanecer intacto, sem alteração, bem conservado em sua espiritualidade, apesar de todo este processo de manuseio e de uso e desuso.

Podemos dizer ainda, que a compreensão histórica da Bíblia Sagrada atualmente é bastante boa, e isto aumenta a possibilidade de se entender o texto bíblico dentro das reais intenções dos seus autores e do seu Autor, Deus.

Capítulo 6

▼ A exegese jurídica

Apesar do objetivo do presente curso não residir exatamente no estudo da exegese jurídica, a inserção deste capítulo em nosso estudo tem o escopo de mostrar ao aluno a importância desta matéria, que tem por objetivo esclarecer ou interpretar minuciosamente um texto, uma palavra, uma obra literária ou artística, etc., sejam elas sagradas ou profanas.

Como atividade científica literária, a exegese é um envolvente desafio, que seduz o pesquisador, estimulando-o a debruçar-se sobre o objeto pesquisado na ânsia de desentranhar uma verdade implícita no texto.

No direito (a ciência do dever-ser), assim como na religião, (a ciência do dever crer), não existem certezas matemáticas. Toda a informação pode ser questionada, em nome da busca incessante da verdade.

Assim como todos os textos sagrados, os textos jurídicos são normativos; dado o que os identifica e diferencia de outros mais, enquanto ciências da realidade. O que fazer então para interpretarmos bem estas normas? Com essa indagação guardada na memória convidamos o aluno para um diálogo científico a respeito deste tema, bem como das profundas implicações incidentes na seara das interpretações dos textos, quer sacros, quer seculares.

Da mesma forma que os livros sagrados, nem sempre o que está escrito nas normas jurídicas soa clarividente. Muitas vezes se faz necessário mergulhar nas entranhas do texto, mediante o exercício da atividade hermenêutica, a fim de desvendar o seu sentido.

Como estudamos no primeiro capítulo, a ciência que se ocupa da interpretação dos textos suplantando as incertezas e obscuridades é a hermenêutica. Sendo esta caracterizada como a determinação do sentido das palavras, o correto entendimento do significado dos seus textos e intenções, tendo em vista o esclarecimento dos conflitos interpretativos.

Nesta trilha, vamos considerar que a interpretação das normas postas no sistema jurídico deve ser realizada tendo como paradigma os postulados constitucionais.

Noutro dizer, a maior relevância da exegese jurídica reside justamente na compatibilização desta atividade com o texto constitucional.

Nisto se diferencia a interpretação dos textos bíblicos com a interpretação dos textos legais. Na exegese jurídica, entre as várias formas interpretativas devemos privilegiar somente aquelas que encontrem abrigo na Constituição.

Há uma genuína decisão exercitada pelo intérprete de iluminar somente as interpretações compatíveis com a Constituição Brasileira, a assim chamada Carta Maior ou Magna. Enquanto que com os textos sagrados o que move o intérprete é, principalmente, a fé.

Como dissemos, a interpretação dos textos jurídicos, alicerça-se na supremacia da Carta Constitucional. Todas as outras leis do ordenamento jurídico colhem sua validade nesta, devendo, por conseguinte, terem a sua eficácia compatível com o Texto Maior. A Constituição é, portanto, reputada como a pedra angular, em que se assenta a construção de todas as outras normas legais no país.

As normas postas pelo legislador na Constituição influenciam as outras de natureza infraconstitucional, moldando o seu conteúdo, de forma que não haja desvio do padrão constitucional. Com efeito, a interpretação conforme a Constituição busca, justamente, resguardar a rigidez do sistema, imprimindo às normas inferiores um sentido que as salve da qualificação de inconstitucional.

O exegeta bíblico não dispõe deste parâmetro para analisar os textos sagrados. Ele não pode limitar sua interpretação à régua de um texto maior. A Bíblia, como texto inspirado, traz em si um caráter transcendente que leva o leitor a descobrir que ela mesma é seu maior intérprete.

Ressalte-se ainda, com relação aos textos jurídicos, que não há cabimento a criação de leis que contrariem texto expresso da Lei Maior ou, que não permita sua interpretação em conformidade com ela, pois o Poder Judiciário não poderia aplicá-las. Vez que a missão do Judiciário não é criar a norma para o caso colocado sob o abrigo de seu próprio entendimento, mas, sobretudo, de aplicar a lei já existente.

É interessante notarmos que interpretar os textos jurídicos conforme a Constituição possui um caráter de garantia de preservação do sistema normativo, uma vez que conserva a validade da lei aprisionada à Constituição, mantendo-a viva e operante no ordenamento jurídico. A Bíblia não precisou desta "garantia" para permanecer viva até os dias atuais.

Neste sentido, vejamos o que escreveu o grande jurista Paulo Bonavides: "Como se vê, esse meio de interpretação contém um princípio conservador da norma, uma determinação de fazê-la sempre subsistente, de não eliminá-la com facilidade do seio da ordem jurídica, explorando ao máximo e na mais ampla latitude todas as possibilidades de sua manutenção. Busca-se desse modo preservar a autoridade do comando normativo, fazendo o método do favor *legis* ou do favor *actus*, ou seja, instrumento de segurança jurídica contra declarações precipitadas de invalidade da norma. Presume-se, pois, da parte do legislador, como uma constante ou regra, a vontade de respeitar a Constituição, a disposição de não infringi-la. A declaração de nulidade de lei é o último recurso de que lança mão o juiz quando, persuadido da absoluta inconstitucionalidade da norma, já não encontra saída senão reconhecê-la incompatível com a ordem jurídica".

Notemos os termos: "princípio conservador da norma"; "determinação de fazê-la sempre subsistente"; "não eliminá-la com facilidade do seio da ordem jurídica", "explorando ao máximo e na mais ampla latitude todas as possibilidades de sua manutenção"; "busca-se desse modo preservar a autoridade do comando normativo".

Os exegetas cristãos não dispõem de uma âncora ou de uma "constituição da Bíblia" para interpretá-la, daí a grande quantidade de sentidos que foi dada aos textos bíblicos ao longo da história, como estudamos nos capítulos anteriores.

Frise-se que mesmo tendo interpretação conforme a Constituição para os textos jurídicos, há ainda um princípio de maleabilidade interpretativa que pode assumir as seguintes formas:

Interpretação com redução do texto	no qual há uma restrição do texto legal
Interpretação sem redução de texto	conferindo à norma uma determinada interpretação que lhe preserve a constitucionalidade
Interpretação sem redução do texto	excluindo da norma impugnada uma interpretação que lhe acarretaria a inconstitucionalidade

Num Estado Democrático de Direito a pedra angular que sustenta todo o edifício jurídico é a Constituição. Este texto regula em pormenores o estabelecimento das regras que permitem o exercício do poder constituído, limitando suas ações através da previsão de normas e garantias fundamentais, que asseguram ao cidadão mecanismos de defesa em face do Estado.

Na Constituição estão estabelecidos os direitos e garantias fundamentais e as limitações impostas ao Poder Político como forma de preservar na sociedade a reminiscência daqueles valores que lhe são inatos. Determinados valores pertencem ao indivíduo como características peculiares à sua natureza. Pertencem ao ser humano como algo que lhe transcendem o ingresso na sociedade.

E o caminho a ser seguido na hipótese de conflito entre a lei infraconstitucional e o preceito constitucional é adotar a ponderação imposta pelo princípio da proporcionalidade ou razoabilidade. Diante de uma tal contrariedade deve-se contrabalançar os valores em conflitos, buscando extrair uma síntese que proteja os princípios constitucionais, de forma que se atinja o ideal de justiça.

◘ Interpretação da Constituição

No Direito Constitucional moderno deve-se deixar claro que as possibilidades da Constituição ser bem interpretada resultam da correlação entre ser (realidade) e o dever ser (norma). A sua maior eficiência e clareza não podem ser obtidas pela simples inclusão lógica, ou, unicamente, pela construção conceitual.

Melhor dizendo, a Constituição não tem interpretação autônoma. Devem ser contempladas para sua compreensão as condições naturais, técnicas, econômicas e sociais. A pretensão de eficácia do entendimento da norma jurídica somente será completa se levarmos em conta essas condições.

Havemos de, igualmente, levar em consideração o substrato que se consubstancia num determinado povo, isto é, as condições sociais concretas e os valores pessoais que influenciam decisivamente na conformação, no entendimento e na autorização das proposições normativas. Note-se que a realidade a qual nos referimos é aquela presente, sobre a qual efetivar-se-á a influência do texto, embora as circunstâncias históricas passadas e uma visão dos fenômenos técnicos não devam ser esquecidas.

Cumpre-nos evidenciar que, embora as circunstâncias culturais, sociais, políticas e econômicas imperativas em um determinado momento histórico influenciem uma justa compreensão de qualquer texto, a força exegética para se entender a Constituição não reside, tão-somente, na adaptação de uma dada realidade.

A Constituição deve, portanto, lograr converter-se ela mesma em uma força ativa, capaz de emprestar direção e forma, impor fronteiras, e, outrossim, de modificar a realidade. Para tanto, além de enraizar-se nas condições sócio-políticas que a ela subjazem, faz-se imprescindível a disposição do sujeito que irá interpretá-la - legislador, magistrado, administrador, em orientar sua conduta para uma verdadeira compreensão.

Em suma, para uma boa compreensão do que diz o texto constitucional não podemos nos desvincular da realidade histórica concreta de nosso tempo, porém não se deve ficar condicionado, simplesmente, por esta realidade. Em caso de conflito interpretativo, esta realidade também não deve, necessariamente, ser considerada a parte mais fraca.

O sentido da interpretação das normas constitucionais

À primeira vista, a interpretação das normas constitucionais em nada se diferencia da exegese de outros textos jurídicos ou sagrados. Porque o significado primário de interpretar a Constituição é o de compreender o conteúdo semântico dos símbolos lingüísticos escritos em seu corpo.

Todavia, uma observação mais acurada demonstrará que, embora este tipo de exegese não seja de natureza tão diferente da que se opera na área religiosa, a interpretação jurídica da Constituição comporta suas particularidades.

A idéia de que a interpretação constitucional possui características próprias surgiu na segunda metade do século XIX, quando se superou a crença liberal no imediatismo da Constituição e partiu-se para a construção dogmática de interpretação dos sistemas constitucionais. Desde então, interpretar a constituição é uma tarefa que se impõe metodicamente a todos aqueles que aplicam as normas constitucionais (legislador, administrador, tribunais).

Portanto, podemos dizer que todos aqueles que são incumbidos de interpretar a constituição devem:

Encontrar um resultado constitucionalmente justo através da adoção de um método racional
Fundamentar este resultado também de forma racional e controlável

Isto porque, considerar a interpretação como tarefa, significa dizer que todo texto, constitucional ou não, tem um significado próprio, mas este significado não constitui um dado prévio; é, sim, o resultado da tarefa interpretativa.

O conteúdo semântico da Constituição

Se entendermos semântica como a parte da lingüística que se ocupa do estudo da significação dos sistemas das línguas naturais ou o componente do sentido das palavras, da interpretação das sentenças e dos enunciados, fica inegável que o texto constitucional, ou mais precisamente, os enunciados lingüísticos do texto constitucional, pode ser objeto de interpretação.

Neste caso, como vimos estudando até este ponto, indispensável se faz a averiguação do conteúdo semântico do texto constitucional. Lembrando que "semântica" pode ser entendido também como "estudo das mudanças ou translações sofridas, no tempo e no espaço, pela significação das palavras".

Isto se dá, em primeiro lugar, porque os elementos lingüísticos das normas constitucionais têm mais de um significado. Palavras como "trabalho", "lei" e "Estado" possuem sentidos diferentes conforme o seu posicionamento na Constituição.

Segundo, em alguns casos, os enunciados lingüísticos são vagos, indeterminados, fazendo sentido apenas quando ditos dentro de certos contextos. São exemplos: "independência nacional"; "sociedade livre, justa e solidária".

Por terceiro, outros termos utilizados na Constituição são muitas vezes conceitos de valor, o que dificulta, ou impossibilita, nestas situações, o estabelecimento de cânones gerais de interpretação. São exemplos típicos: "dignidade da pessoa humana" e "democracia".

Em quarto, fica difícil estruturar os modos ou regras de exegese constitucional e definir uma metodologia interpretativa, porque há preceitos constitucionais que dificilmente serão explicados a partir da simples mediação do conteúdo semântico.

E por último, na interpretação da norma constitucional podem ser tomadas em consideração duas convenções lingüísticas diferentes, e isto em duplo sentido: no primeiro, a convenção baseada no uso científico ou a convenção baseada no uso comum, popular; no segundo, a convenção científica ou norma lingüística do tempo em que surgiu a lei constitucional ou a convenção do tempo da sua aplicação.

Por fim, a hermenêutica encontra ainda um grande obstáculo à interpretação dos textos constitucionais devido a um dado que os torna singular: o fato de vários textos da constituição serem inspirados em princípios diferentes e provavelmente discrepantes entre si.

◘ Alguns pontos de apoio à interpretação constitucional

Pelo que foi exposto até aqui, cremos ter o aluno compreendido que a atividade interpretativa da Constituição, ou seja, a escolha, ou elaboração, do método, e, em especial, do método justo para a compreensão exata do sentido do texto constitucional, não é tarefa que se defina em apenas uma alternativa. Todavia, informaremos alguns pontos com os quais acreditamos ser possível amparar o aluno nesta difícil tarefa.

No plano lingüístico, a exegese deve ser iniciada diferentemente dos postulados da metodologia dedutivo-positivista, isto é, o intérprete deve ter conhecimento que a norma constitucional não pode ser vista de forma literal.

Embora possamos atribuir um significado aos enunciados lingüísticos do texto constitucional, o sentido que se deve dar ao elemento gramatical deve ter uma relação com a capacidade de interpretação do leitor.

O texto da Constituição é feito de sinais lingüísticos, porém estes não possuem um significado em si mesmo, mas antes refere-se – como já bem enfatizamos na introdução deste trabalho – a um universo de realidade que deve ter seu sentido extraído pelo exegeta.

É certo, porém, que o espaço semântico dos textos constitucionais são susceptíveis de alteração em função do contexto em que estejam inseridos, porém este fato não autoriza o intérprete a ultrapassar os limites de sua tarefa interpretativa, decifrando significados apócrifos.

No que diz respeito ao caráter aberto, indeterminado, vago, que possuem diversas normas constitucionais, cabe ao agente que vai interpretá-las um papel fundamental. O seu conceito da realidade social, o seu cabedal de conhecimentos, tanto jurídico quanto extrajurídico (sociológico, histórico, humanístico, político, econômico, filosófico) contribuirão para a mais adequada escolha entre as convenções lingüísticas possíveis.

Sob o ponto de vista teórico-jurídico, acreditamos que alguns tópicos podem auxiliar na tarefa interpretativa, são eles:

- **Princípio da unidade da Constituição**

Pelo qual o direito constitucional deve ser interpretado de forma a evitar contradições entre duas normas.

- **Princípio da integralização política, social e cultural**

Em vista do qual na exegese das normas constitucionais deve dar-se primazia às interpretações que favorecem a combinação dos diferentes aspectos sociais, políticos e culturais.

- **Princípio da máxima efetividade**

Pelo qual à uma norma constitucional deve ser atribuído o sentido que lhe confira maior eficácia. Insere-se no conceito deste princípio a orientação pela qual os preceitos constitucionais devem ser interpretados não só no que explicitamente ostentam como também no que implicitamente deles resulta.

- **Princípio da conformidade funcional**

O intérprete não pode chegar a uma conclusão interpretativa que subverta ou perturbe a forma como a constituição está organizada.

Uma justiça alternativa

A exegese jurídica também já teve sua fase de "Teologia da Libertação", quando, no final dos anos 80, surgiu um movimento denominado "justiça alternativa" e que perdurou até o início dos anos 90.

As características deste movimento eram bastante parecidas com os da Teologia da Libertação e baseava-se numa interpretação mais sociológica do texto jurídico. Por ela o juiz deveria dar prioridade em seus julgamentos às partes menos favorecidas.

Pregava ainda que o juiz deveria abrir mão de todas as formalidades que o posto exige, transformando-se em uma pessoa do povo. Com isto, diziam os adeptos desta doutrina, ele estaria mais próximo da realidade social e em maiores condições de aplicar a lei.

A lei, para esta teoria, deveria ter um caráter eminentemente social. Portanto, a justiça não deveria ser igual para todos, mas, protegeria os mais carentes em face daqueles mais favorecidos socialmente. Este movimento não sobreviveu por muito tempo.

▼ Conclusão

A exegese, após a apreciação de todo o material colecionado até aqui, passará a ser vislumbrada pelo aluno como algo de relevante importância dentro do universo teológico que se acha instalado em nossas igrejas.

De importante, resta o fato de que, ao compartilhar seus conceitos a qualquer membro, de qualquer delas, e em especial para o sectário, o aluno promoverá uma maior racionalidade espiritual no tocante a compreensão do texto, trazendo à tona a complexidade que é inerente a alguns trechos da Bíblia, resultando disso que os modestos e incultos, provarão do acre sabor do desconhecimento, rendendo-se, quase que obrigatoriamente, à exposição do intérprete bíblico.

Inobstante, a posição filosófica dos que compõem o grupo dos pensadores, cristãos ou não, sempre trará alguma validade ao exercício da interpretação textual, não devendo haver desdém para com eles, mas, antes, respeito ao pensamento que formulou idéias até hoje preservadas, em decorrência de uma metodologia interpretativa que abriu o caminho aos cristãos para uma maior aproximação com seu Deus.

É necessário aqui, como em qualquer outra disciplina, que cada aluno tenha em mente a necessidade de aplicar-se a este mister, meio único para prover a capacitação necessária para um bom desempenho ministerial, e sem o que, domados pela curva do esquecimento, perecerão junto aos que nada sabem.

▼ Referências bibliográficas

- ✓FEE, Gordon D. & STUART, Douglas. Entendes o que lês? São Paulo: Vida Nova, 1997.
- ✓PEARLMAN, Myer. Através da Bíblia Livro por Livro. São Paulo: Editora Vida, 2005.
- ✓HALL, Cristopher A. Lendo as Escrituras com os Pais da Igreja. Viçosa: Editora Ultimato, 2000.
- ✓CURTIS, A Kenneth. Os 100 acontecimentos mais importantes da história do cristianismo. São Paulo: Editora Vida, 2003.
- ✓CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito Constitucional 4ª ed. Coimbra: Livraria Almeida, 1989.
- ✓MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e aplicação do Direito. 9ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1984.
- ✓C.F. SILVA, José Afonso da. Direito Constitucional Positivo. 11ª ed. São Paulo: Malheiros, 1996.
- ✓C.F. BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 13ª ed. São Paulo: Malheiros.



SABER E FÉ

CENTRO DE ENSINO TEOLÓGICO

www.saberefe.com

Acesse agora!